

A persistência do autoengano: sobre a situação do progressismo no Brasil hoje

Guilherme Bianchi

Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Foi pesquisador visitante no Goldsmiths College, University of London (2018) e na University of California, Davis (2019).

E-mail: guilhermebianchix@gmail.com

No final de 2020, a jornalista Malu Gaspar publicou um livro, resultado de alguns anos de reportagem e investigação no rastro da tão famigerada quanto polêmica Operação Lava Jato. O livro *A Organização* tem como fio condutor a história da construtora brasileira Odebrecht. Do seu nascimento, enquanto uma pequena construtora familiar, que vivia de obras privadas ou de algumas disputas por concorrência para a construção de obras no Nordeste brasileiro (onde a empresa havia sido criada, em 1944) para se transformar, de modo mais determinante após os anos da ditadura brasileira (1964-1985), em um dos maiores conglomerados mundiais de construção, engenharia e petroquímica. Assim, Gaspar nos oferece uma “história privada” no interior da “história pública” nacional de modo que, para um historiador como eu, é uma boa oportunidade para ler, na história da ascensão da Odebrecht, uma interpelação das relações entre Estado e mercado no Brasil das últimas décadas.

O livro de Malu Gaspar é tecido pelas conflituosas relações entre os familiares que comandavam a Odebrecht no momento de suas "delações premiadas" no contexto da Lava-Jato. A operação Lava Jato¹, iniciada em 2014 a partir de casos isolados de corrupção se expandiu, nos anos seguintes, para se transformar em uma das maiores operações anticorrupção do mundo, que desvelou a existência de um universo de práticas fraudulentas entre empreiteiros, políticos e funcionários públicos. Se a prática nada tinha de novo, até então permanecia intocada pela magistratura e pelo Estado brasileiro. Após um ano de sua criação, e em meio a uma série de investigações envolvendo a Polícia Federal e o Ministério Público, a operação chegou à existência de um esquema de desvio de mais de 10 bilhões de reais em propinas da Odebrecht para o governo brasileiro da

¹ A operação Lava-Jato, realizada pela Polícia Federal, estava focada inicialmente em desvios envolvendo a Petrobras, a companhia estatal de petróleo, sendo estendida posteriormente a outros setores, incluindo os de construção, infraestrutura, energia e processamento de alimentos. Apesar de suas controvérsias, é inegável o desmantelamento realizado, inédito na história do Brasil e do continente sul-americano, dos esquemas envolvendo o pagamento de milhões em propinas para financiar campanhas eleitorais e enriquecer ilegalmente indivíduos conectados às redes tentaculares do conluio Estado-mercado a nível intercontinental. Sobre a Lava-Jato ver Signor, R. et al. “It is not collusion unless you get caught: the case of ‘Operation Car Wash’ and unearthing of a Cartel”. *Journal of antitrust enforcement*, vol. 7(2), 177-202, 2019; Tenorio de Araujo, Isadora. *Unveiling corruption in the urban development of Rio de Janeiro*. Tesi de laurea Magistrale. Politecnico di Milano, 2021.

época, do Partido dos Trabalhadores (PT), para membros do congresso nacional, dos mais diversos partidos políticos, e também para os governos de outros 11 países espalhados da América do Sul à África (Angola e Moçambique), passando pela América Central e do Norte (México).

Acordos de negociação entre acusadores e acusados foram implementadas no sistema legal brasileiro pela primeira vez nos anos 1990, como uma reação institucional a uma série de crimes hediondos, incluindo estupro, sequestro e assassinato. Mas a extensão legal desses acordos dificilmente era aplicada em casos de corrupção. Tudo isso mudou em 2013, quando o Congresso nacional votou, e a então presidente Dilma Rousseff sancionou, a chamada *Lei de Crime Organizado* (LCO) que, entre outras medidas, fazia valer, “em qualquer fase da persecução penal”, como “meio de obtenção da prova”, a “colaboração” ou “delação” “premiada”.² Na prática, é incontestável que o mecanismo, pese suas possíveis críticas, significou um duro golpe em uma longa estrutura de poder político-corporativo que, como demonstra Malu, não tinha nada de novo. A Odebrecht, por exemplo, pagara propina para a construção de obras superfaturadas desde pelo menos os anos 1970, no auge da ditadura militar brasileira.

O governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) marcou um momento na história da ditadura militar onde a promessa de uma abertura política (“lenta, gradual e segura”, como dizia) coexistia com o auge de um “milagre econômico”: o nacional-desenvolvimentismo industrialista levando ao auge a modernização do capitalismo brasileiro, mas não das instituições e, claro, muito menos da democracia, que só retornaria de fato após 1985. É com o mesmo Geisel que Norberto, fundador da construtora, “finalmente conseguiu o apoio político que tanto almejava”³. Durante os regimes militares, a Odebrecht começava a se tornar uma grande empresa, e terminaria passando, ao final da ditadura, ao rol das grandes construtoras nacionais, generosamente beneficiadas por todos os governos do período pós-ditatorial brasileiro.

² Ver <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>.

³ Gaspar, Malu. *A Organização: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 48.

Não é por acaso que os governos do PT, particularmente os de Dilma Rousseff (2010-2016) (o mesmo que aprovava a LCO como sinalização de um virtual avanço no terreno do “combate à corrupção”), tiveram como referência implícita (e por vezes mesmo explícita⁴) a política econômica de Geisel. Dilma apostara na estratégia de priorizar investimentos em desenvolvimentos subsidiados da indústria nacional. O Programa de Aceleração de Crescimento II (PAC-II) do governo Dilma guardava semelhança assustadora com o II Plano de Desenvolvimento de Geisel.⁵ Vale assinalar as simetrias: a ideia da potência emergente herdada dos governos anteriores reencontrava a ideologia patriótica do nacional-desenvolvimento, situação cristalizada na defesa dos largos investimentos aplicados nas obras a serem construídas nas grandes obras (as megabarragens na Amazônia), nos investimentos militares (submarino nuclear, caças suecos, a compra de tanques especiais para a Copa do Mundo de 2014), a internalização da produção de navios sonda, a construção de 5 refinarias da Petrobras e, enfim, nos grandes eventos que haveriam de ser realizados nos anos seguintes (a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio em 2016). Ao mesmo tempo, como notou recentemente Idelber Avelar, a “passagem relativamente tranquila do Brasil pela crise das hipotecas que abalou o Primeiro Mundo alimentaram o tom hiperbólico da época”, através de uma reconfiguração subjetiva do projeto de Geisel do “Brasil Grande” rebatizado, em 2011, de “Brasil Maior”.

Cabe enfatizar que a maioria desses mega investimentos teve retornos pífios. Em 2016, um levantamento realizado sobre o orçamento e do andamento de 19 obras do PAC investigadas pela Operação Lava-Jato verificou que todas tiveram seus custos iniciais aumentados, totalizando um sobrepreço de R\$ 162 bilhões, com atrasos de execução que

⁴ Quem nos chama atenção para a semelhança é mesmo um intelectual brasileiro ligado ao Partido dos Trabalhadores, ainda que menos acrítico que o resto de seus companheiros. Ver Singer, André. "Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)". *Revista Novos Estudos*, 2015, n 102, p. 43-71, 2015.

⁵ Brasil. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.pdf>.

chegavam a até 8 anos.⁶ Ao mesmo tempo, enquanto o PAC fazia intervenções em favelas, aproveitava para remover os pobres e construir obras tão inúteis como megalomaníacas; das 5 refinarias, nenhuma se concretizou e todas eram economicamente inviáveis; os navios sondas e a internalização da cadeia produtiva do petróleo não deu em nada, a não ser na amplificação dos esquemas de propinas; o Parque Olímpico no Rio de Janeiro já está em ruínas e abandonado às traças. Por sua vez, os investimentos bélicos acabaram construindo as bases estruturantes do protagonismo político das Forças Armadas, concretizados hoje no governo Bolsonaro.

Acontece que o “novo mercado” de uma classe média⁷ supostamente ascendente à condição de cidadãos-consumidores passaria a desvelar uma outra face da moeda, um plano estratégico que envolvia uma série de incentivos fiscais às “campeãs nacionais” (as grandes construtoras, por exemplo, mas também empresas ligadas ao agronegócio exportador), linhas especiais de crédito, empréstimos subsidiados e, depois ficaria escancarado, uma extensa rede de desvio para o financiamento das campanhas do partido. A novidade da análise de Malu Gaspar, no entanto, é remontar esse velho esquema de corrupção aos apadrinhamentos políticos da república brasileira durante e *depois* da ditadura. No caso do próprio Lula, por exemplo, que emergira politicamente como líder sindical das grandes greves no ABC paulista no final dos anos 1970, o primeiro encontro com um presidente da Odebrecht antecedeu e muito seus anos de governo. Em 1985, Lula conheceu Emílio Odebrecht [filho de Norberto, e então presidente da empresa] pela primeira vez em um encontro arranjado por um então aliado político, o prefeito de São

⁶ Ver <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/01/obras-citadas-na-lava-jato-ficam-r-162-bi-mais-caras-e-acumulam-atrasos.htm>>.

⁷ O debate sobre a “nova classe média” é amplo e não cabe nos propósitos do presente texto, mas é importante esclarecer que o conceito traduz falsamente a realidade. Essas, e outras formas de entender a recomposição do trabalho no Brasil a partir de categorias fixas como “nova classe trabalhadores”, “subproletariado”, com o objetivo de mapear analiticamente uma nova expressão de cidadãos-consumidores (endividados e expropriados, mas agora homologados em uma categoria social), não são capazes de fazer jus a multiplicidade e as singularidades das formas de ação e representação ensejadas pelo processo. Ver Lazzarato, Maurizio. *La fabbrica dell'uomo indebitato: saggio sulla condizione neoliberalista*. DeriveApprodi, 2012 & Cocco, Giuseppe & Bruno Cava. *New neoliberalism and the other: biopower, anthropophagy, and living money*. Lexington Books, 2018, pp. 63-84.

Paulo Mário Covas. Junto a Covas, Lula havia apoiado a candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado em 1978, e a partir daí, e pela liderança nas chamados Greves do ABC Paulista (1978-1980), começara a surgir como liderança promissora, carismática e que, sobretudo, entendia (“instintivamente”, como diria o próprio Emílio) o funcionamento e o ritmo da *Realpolitik* brasileira: “*Ele tem uma visão muito atualizada das coisas. [...] É um animal político*, passou [Emilio] a repetir ao seu time”, nos diz a autora, que prossegue: “A caminho de casa, satisfeito com a boa jogada que acabara de fazer, Emilio sorria, lembrando uma conversa com o general Golbery do Couto e Silva, ex-chefe da Casa Civil dos presidentes Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. ‘Lula não tem nada de esquerda, é um *bon vivant!*’, dissera Golbery.”⁸

Sem precisar forçar o vislumbre de uma linha de continuidade direta entre a imagem de Lula entre as elites econômicas dos anos 1980 e aquilo que de fato aconteceria nos governos do PT, a cena do encontro de Lula e Emílio é certamente ilustrativa para a composição posterior daquilo que Giuseppe Cocco chamou de “consórcio de interesses” entre o sistema político brasileiro e o alto empresariado nacional no alvorecer do século XXI, no qual o Partido dos Trabalhadores desempenhou, de maneira inegável, um papel fundamental, “na amplificação e modernização da tradicional corrupção oligárquica”⁹. É claro também que, a partir de Dilma, a tautologia venceria mais uma vez, e tal amplificação tenderia a se intensificar sob o velho signo da pura dilapidação extrativista.

Tendo como modelo-base dessa nova lógica, a terrível derrota que a construção da Usina de Belo Monte produziu no tecido social dos movimentos indígenas a partir de 2011, durante o primeiro ano de Dilma Rousseff no poder, é um momento-chave para a compreensão da relação entre investimento público, extrativismo e a decomposição ética do progressismo petista. O plano para a construção da hidroelétrica, de maneira bastante reveladora, não apenas já constava no texto do primeiro Programa de Aceleração do

⁸ Gaspar, M. *A Organização*, op. cit, 2020, p. 107, grifo nosso.

⁹ Cocco, Giuseppe. “Brésil: ceci n'est pas un coup d'État”. *Multitudes*, Paris, v. 64, no. 3, 2016, p. 23.

Crescimento (PAC) de Lula da Silva, como era, na verdade, um antigo projeto da ditadura brasileira, proposto pela primeira vez em 1975, durante o governo Geisel.¹⁰

Se a lógica dos conluícos extrativistas entre Estado e mercado não é novidade na história brasileira, não é exagero constatar que, nos anos Dilma, essa lógica esteve exposta de forma tão brutal que mesmo projetos que a ditadura militar não havia conseguido construir na Amazônia, muito por conta das resistências indígenas locais, foram então liberados pelas agências de controle e pela máquina burocrática do Estado. Este, por sua vez, ao mesmo tempo se estruturou como acumulador de poder político-econômico e como protetor e alimentador do capital das grandes empreiteiras, construtoras e outras indústrias nacionais com atuação intercontinental. Frente ao extrativismo globalizado, globalizaram-se também as lutas populares contra ele. Não é à toa que os eventos políticos de junho de 2013 também desestabilizaram os consensos do maquinário patrimonialista que abarcava o extrativismo governamental.¹¹

O intérprete brasileiro Raymundo Faoro, em seu clássico livro de 1958 *Os donos do poder*, dizia ser impossível entender a formação a qual o subtítulo se refere, sem entender certos elementos que estavam já na origem do Estado nacional que embarcou no Brasil em 1500. Em Portugal, a ascensão da dinastia de Avis, em 1385, teria estabelecido, para Faoro, a simbiose perfeita entre os interesses da realeza e da burguesia nascente. Essa seria a pré-condição para a constituição do poder estatal moderno em Portugal, o que ajudaria a explicar a lenta instauração, no Brasil, de algo semelhante: poder administrativo centralizado baseado na propriedade fundiária. O *insight* de Faoro esteve em perceber a duradoura existência, no Brasil, de um tipo de autoritarismo de matriz ibérica, governado por um estamento burocrático que se está sempre acima da

¹⁰ Avelar, Idelber & Moysés Pinto Neto. "Energia limpa e limpeza étnica. As condições discursivas, jurídicas e políticas do ecocídio de Belo Monte." *Luso-Brazilian Review* 57, no. 1, 2020, pp. 150-171.

¹¹ Cocco, Giuseppe. "La première révolte de la multitude du travail métropolitain", *Multitudes*, Paris, vol. 54, no. 3, 2013, pp. 19-31.

sociedade civil, como “uma estratificação aristocrática, com privilégios e posição definidos pelo Estado.¹²”

Essa estrutura político-social de longa duração seria, para Faoro, definidora de uma determinada experiência histórica, marcada pelo entrecruzamento entre centralização (monárquica, republicana, presidencialista etc.) e corporativismo patrimonialista, onde as fronteiras entre o público e o privado responderiam menos a um imperativo social e político do que às vontades soberanas de ocasião. Não pretendo sugerir, com essa remissão a Faoro, que o corporativismo brasileiro do século XXI seja simétrico àquela do unitarismo ibérico, mas que a experiência recente pode também ser entendida em termos de um persistente atravessamento, na história brasileira, entre os interesses públicos e os interesses privados. Dito, de outro modo, a história da Odebrecht, tão bem narrada e informada por Malu Gaspar, como capítulo de uma longa odisseia do capitalismo no Brasil.

Hoje, face à radicalização da dilapidação empreendida pelo necrogoverno de Jair Bolsonaro, a figura de Lula volta a aparecer como possível saída de um labirinto que, é preciso convir, ele mesmo ajudou a solidificar. Existe, e não há dúvidas, uma fronteira fundamental entre o PT (e a maioria dos partidos brasileiros) e Bolsonaro, e não pretendo sugerir o contrário. O que parece indignar uma parcela relevante da comunidade política brasileira, entretanto, é que, mesmo após a desvelamento de escândalos bilionários de corrupção, mesmo após o desenrolar da tragédia de Belo Monte (além de eco-etnocida, economicamente improdutiva¹³) e de tantas outras questões centrais para qualquer projeto minimamente democrático de sociedade, o PT tenha preferido o silêncio.¹⁴

¹² Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008 [1958], p. 773.

¹³ Fearnside, Philip. "Many rivers, too many dams". *New York Times*, 2 de outubro, 2020. [\[https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-illegal-dams-brazil.html\]](https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-illegal-dams-brazil.html)

¹⁴ Talvez silêncio não seja o termo exato. É importante lembrar que, no ano de seu impeachment, e depois que já eram cristalinos os efeitos perniciosos e brutais da construção da Usina para as comunidades da região e seus modos de vida, a presidente Dilma ressaltava, na ocasião da inauguração da Usina, que tinha “imenso orgulho das escolhas que eu fiz. Uma delas, que eu quero destacar mais uma vez, é a construção de Belo Monte como um legado para a população brasileira dessa região, para o povo de Altamira e o povo de Xingu. Mesmo que não seja dos municípios diretamente impactados por Belo Monte, toda essa população vai ser beneficiada direta e indiretamente. Tenho orgulho das escolhas que fiz”. Ver

Invisibilizadas pela (falsa) autoimagem da perseguição política e do vitimismo que passou a atravessar o progressismo brasileiro, tais questões são rapidamente descartada pelo partido e por seus satélites.

A Odebrecht, por sua vez, mudou de nome, numa estratégia de *branding* que visa se afastar da imagem pela qual ficou marcada depois da Lava-Jato. A estratégia da mudança de nome acontece também, com alguma regularidade, dentro dos partidos brasileiros. O PT certamente não pensa em mudar de nome, embora na prática seu *branding* seja Lula e pouco mais que isso. Os abusos de uma parte dos juízes envolvidos na Lava Jato, nomeadamente as *ilegalidades* praticadas pelo ex-juiz Sérgio Moro, passaram a servir de cortina de fumaça para o partido não enfrentar a *legitimidade* dessas questões. O que chama atenção, portanto, não é apenas a recorrência histórica da corrupção, entendida aqui simplesmente como apropriação privada dos interesses públicos ou a permanência e maleabilidade do “estamento burocrático” de que falava Faoro, mas a insistência no messianismo destituído de qualquer tipo de crítica, sintoma de uma falta de imaginação política que, como hoje constatamos, neutraliza a possibilidade de uma alternativa de fato. Ao mesmo tempo, a experiência ensina que o retornado pode sempre tornar-se seu contrário: o fascista e anticomunista Vargas se tornou um mito para boa parte da esquerda brasileira contemporânea, confirmando o conhecido *insight* de Walter Benjamin em suas Teorias do Fascismo Alemão, sobre cada ressurgimento do fascismo ser também “testemunho de uma revolução fracassada”.

Antes de Dilma sofrer o impeachment, em 2016, o país já acumulava 10% de desempregados, o PIB partiu de um crescimento de 7,53% ao ano para uma retração de 3,90% ao ano, a dívida interna aumentou em mais de 70%. Não são detalhes econômicos apenas, e mesmo que fossem, é preciso saber o que o PT pensa sobre isso, e a verdade é que, quanto a isso, permanecemos no escuro. Não existe programa, não existe projeto, só existe o homem. O que então ele tem a nos dizer do legado econômico que deixou à

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inicio-da-operacao-comercial-da-usina-hidreletrica-de-belo-monte-vitoria-do-xingu-pa>>

Petrobrás? Da estratégia de crescimento baseada no investimento artificial e corruptivo das multinacionais brasileiras? Qual a visão do partido sobre a questão ambiental? Por que o partido ainda apoia os governos ditatoriais de Nicolas Maduro na Venezuela e de Daniel Ortega na Nicarágua e a repressão às manifestações em Cuba? São perguntas para as quais não temos respostas, pois o duplo autoengano, que envolve a popularidade do ex-presidente e os reais desvios de finalidade de seu juiz na operação Lava-Jato, é o suficiente para que seus apoiadores sequer considerem a legitimidade de tais questões.

Mas, e por isso mesmo, é preciso insistir: como, no limiar de um desastroso governo de Bolsonaro (e será certamente uma vitória se for o último), e num cenário aparentemente muito favorável à Lula nas próximas eleições presidenciais, seu partido e seus adeptos sigam em silêncio fúnebre em relação ao desastre político, econômico, ético e ambiental produzido por seus governos. É certamente mais fácil jogar o jogo do antagonismo puro. Bolsonaro é, hoje, o nome que pode dar a Lula seu terceiro governo, não haveria então motivo para se indispor com questões incômodas. Mas o reprimido sempre retorna. Não se trata de dizer que ambos são a mesma coisa, e mais de apontar para o fato de que ambos reduzem a política a essa tremendo jogo de espelhos. Que tipo de projeto é possível esperar de grupos que seguem recusando qualquer tipo de gesto autorreflexivo sobre seus múltiplos “erros”, pelo desastre etnocida de suas “acelerações do crescimento”, sobre a corrupção em escala mundial disseminada no interior de seus próprios governos? Como os bolsonaristas deixam claro diariamente (e nisso parecem ter o apoio dos petistas), é sempre mais fácil culpar o jornalista pela má notícia.